



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E ESTUDOS CULTURAIS: DIÁLOGOS

INFORMATION SCIENCE AND CULTURAL STUDIES: DIALOGS

Jobson Francisco Silva Júnior¹

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O objetivo deste artigo é identificar convergências entre a Ciência da Informação e os Estudos Culturais. O empenho justifica-se com base na premissa de que aproximar a Ciência da Informação de uma perspectiva pouco explorada entre nós para o estudo da informação, entendida como produção cultural e ao mesmo tempo agente promotor de mudanças sociais, tende a robustecer em termos teóricos e aplicados parte daquela sua vertente que Capurro denominou “paradigma social”. Metodologicamente, trata-se de pesquisa teórica, centrada em uma epistemologia histórica panorâmica dos campos da Ciência da Informação e dos Estudos Culturais, bem como na parte identificada da produção teórica de ambos os campos que mais se aproxima da convergência que buscamos. Exploramos também a hipótese de que o campo da Comunicação favorece uma ótima mediação entre a Ciência da Informação e os Estudos Culturais, rumo a essa convergência. Este artigo é parte de uma pesquisa maior, em curso no âmbito de nosso doutorado em Ciência da Informação, na qual, vislumbrando diálogos produtivos entre a Ciência da Informação e os Estudos Culturais, temos pensado os processos de produção, disseminação, acesso, apropriação e uso da informação no contexto das relações étnico-raciais. Nosso objeto de pesquisa de doutorado, porém, não será abordado aqui além do limite estritamente necessário para justificar nossa opção teórico-epistemológica.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Estudos Culturais. Comunicação. Espistemologia. Ética.

Abstract: *The goal of this paper is to identify convergences between Information Science and Cultural Studies. The commitment is justified based on the premise that to approximate Information Science of a perspective little explored among us to study information, understood as a cultural production and at the same time as a promoting agent of social change, tends to strengthen, in theoretical and applied ways, its part that Capurro called "social paradigm". Methodologically, it is a theoretical research, centered on a historical epistemology overview of Information Science and Cultural Studies fields, as well as of the identified part of the theoretical production of both fields that most closely matches the convergence we seek. We also*

¹ Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT.

explore the hypothesis that the field of Communication favors an excellent mediation between Information Science and Cultural Studies, towards that convergence. This article is part of a larger research, underway in our doctorate, in which, glimpsing productive dialogues between the Information Science and Cultural Studies, we investigate the processes of production, dissemination, access, ownership and use of information in the context of ethnic and race relations. Our doctoral research object, however, will only be considered here as far as it helps to elucidate our theoretical and epistemological choice.

Keywords: *Information Science. Cultural Studies. Communication. Epistemology. Ethics.*

1 INTRODUÇÃO

Exploramos aqui a hipótese de que os Estudos Culturais (doravante EC) são um campo em consonância com algumas das tendências contemporâneas da Ciência da Informação (doravante CI), parte daquelas classificadas por Capurro (2003) como compondo seu paradigma social, que abrem caminho para os estudos de mediação cultural e apropriação social da informação no âmbito da CI.

Antes de investigarmos essa aproximação, e para melhor compreendermos a área de conhecimento na qual estamos inseridos, fazemos uma breve incursão no histórico da CI, a partir de alguns conceitos e autoanálises consagrados na área. A orientação teórica desta primeira incursão tem por referência principal a epistemologia histórica capurriana da CI (CAPURRO, 2003) e o debate em torno da noção de paradigma, de Thomas Kuhn (KUHN, 2013; LOPES, 2010). Ao fim desta primeira etapa, problematizamos algumas tendências da CI, com base na hipótese de que há uma clivagem geral no campo das ciências sociais, entre ciências sociais administrativas e críticas (ARAÚJO, 2003; SCHNEIDER, 2013a e 2015). Esta clivagem resulta do posicionamento epistemológico e ético político desta ou daquela corrente de pensamento em torno da neutralidade axiológica da própria ciência.

Na sequência, realizamos um trajeto similar nas origens dos EC. A orientação teórica desta segunda incursão tem por base estudos de Williams (2000), Hall (1997), Escosteguy (1999) e Schneider (2013a e 2015).

Por fim, buscamos diálogos possíveis entre a CI e os EC, com a mediação do campo da Comunicação, tendo em vista o objetivo maior desta fase da pesquisa, que é elaborar uma fundamentação teórico-metodológica mais robusta para o estudo de nosso objeto de pesquisa doutoral, a informação étnico-racial.

2 EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA PANORÂMICA DA CI

Silva e Feire (2012) situam os “indícios embrionários” da CI nos avanços dos registros do conhecimento ocorridos nos últimos quatro séculos. Esses autores apontam como precedentes decisivos do processo em questão 1) a revolução científica do século XVI, quando a ciência começa a se distanciar da filosofia, e 2) a revolução científica do século XIX, responsável pelo fenômeno conhecido como “explosão informacional”. Os dois momentos tiveram consequências decisivas na forma de se tratar e recuperar a

massa documental gerada como resultado dos avanços científicos (cartas, periódicos, livros, relatórios, etc.), que a partir de meados do século XX têm seus processos de produção e circulação acelerados de forma drástica. Cumpre lembrar que, a despeito da ênfase usual do campo na informação de tipo científico, a CI jamais limitou-se, na teoria e na prática, ao tratamento e recuperação de informação estritamente científica, preocupando-se também com a variadíssima massa informacional não científica que igualmente cresce exponencialmente desde então: livros, documentos arquivísticos, jornalismo, imagens de toda ordem etc.

Dessa forma, a CI surgiu da “necessidade de refletir sobre os procedimentos de organização, registro e difusão, tendo como centralidade a informação em si e seus fluxos” (SILVA e FREIRE, 2012, p. 3). Nessa trilha, a CI desenvolveu e apropriou-se de técnicas e métodos já existentes de organização da informação, provenientes em grande parte da Biblioteconomia e da Documentação.

Em muitos dos textos que tratam da história e da epistemologia da CI é evidenciado que a área surge da apropriação de objetos, teorias, métodos e técnicas de disciplinas já existentes. Dessa forma, é comumente atribuída à CI uma natureza interdisciplinar ou uma natureza dinâmica (SARACEVIC, 1996; PINHEIRO, 2005; FREIRE 2006). Para Freire (2003, p. 55), “interdisciplinaridade, forte inter-relação entre teoria e prática, interface com outros campos científicos” são as características fundamentais da CI. Saracevic (1996), por sua vez, discute a evolução das relações interdisciplinares da CI, afirmando que os diálogos com a Biblioteconomia, a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva e a Comunicação balizaram a estruturação do campo. Freire (2006), ao tratar do mesmo período, indica a Biblioteconomia, a Computação, a Comunicação, a Psicologia e a Linguística como áreas seminais para a CI. Posteriormente, Ortega (2009) aponta de forma enfática as contribuições da Documentação e da Biblioteconomia na composição da CI. Para essa autora, seria mesmo particularmente difícil traçar os limites entre a CI, a Biblioteconomia e a Documentação.

É unânime, até onde pudemos verificar, o reconhecimento da Biblioteconomia e da Documentação como fundamentais para o nascimento da CI. Na sequência, houve por assim dizer uma inversão desses papéis e ambas passaram a ser vistas como contidas na CI. É também comum usarmos hoje a metáfora do “guarda-chuva”, para descrever a CI como um campo maior que abarcaria não só a Biblioteconomia e a Documentação, mas também a Arquivologia e a Museologia. Le Coadic (2004) acrescenta ao “guarda-chuva” da CI o Jornalismo. Para ele, Biblioteconomia,

Museoconomia², Documentação e Jornalismo são as áreas que sempre tiveram um interesse particular nos suportes de informação; logo, são as disciplinas que se encontram também dentro do escopo de estudos da CI.

Sem discordar do conjunto dos autores citados no que tange ao reconhecimento da Documentação e da Biblioteconomia na composição da CI, Saldanha acrescenta a Bibliografia e, numa inflexão heterodoxa, problematiza a tese dominante da interdisciplinaridade característica do campo, ao sugerir que ele consiste, ao contrário, em uma crescente especialização em “determinadas práticas destas áreas”:

A CI não nasce em edifícios “neutros”, ou seja, desligados de uma gramática e de uma tradição pré-definidas, mas aparece como uma sobreposição de áreas como Documentação, Bibliografia e Biblioteconomia, como uma intensificação de estudos de determinadas práticas destas áreas, como o mergulho em uma sub-tradição (SALDANHA, 2008, p.106).

Com base nesse raciocínio de Saldanha, pensamos que se o recurso à interdisciplinaridade é útil para a CI como uma forma de complementar suas teorias, conceitos e métodos, para dar conta da complexidade de seu objeto de estudo, por outro lado identificar esse recurso como a natureza essencial do campo nos parece na verdade limitar a CI, no sentido de escamotear sua dificuldade em compor um corpo teórico-metodológico próprio, capaz de embasar os seus estudos, precisando sempre recorrer a outras disciplinas.³

Numa linha mais ortodoxa e muito influente, Borko afirma, no artigo seminal *Information Science: what is it?* (1968)⁴, que a CI é

uma ciência interdisciplinar derivada de campos relacionados, tais como a Matemática, Lógica, Lingüística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia da Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração, e outros campos científicos semelhantes. Têm ambos componentes, de ciência pura visto que investiga seu objeto sem considerar sua aplicação, e um componente de ciência aplicada, visto que desenvolve serviços e produtos (BORKO, 1968, p.3)

² O autor usa o termo *muséonomie*, traduzido para a versão em português do livro como *museoconomia*.

³ Infelizmente, explorar esta hipótese, como pretendemos fazê-lo em outra ocasião, extrapola os objetivos deste artigo.

⁴ Este artigo de Borko produz uma das primeiras conceituações da CI, a partir dos debates das conferências que aconteceram no Georgia Institute of Technology, em 1961 e 1962. Marco para a CI (GARCIA, 2002), tornou-se um “conceito referência” para a compreensão do campo.

Saracevic (1992) acrescenta ao que foi visto a centralidade das tecnologias de informação para a CI, que é um

[...] campo devotado à investigação científica e prática profissional que trata dos problemas de efetiva comunicação de conhecimento e de registros do conhecimento entre seres humanos, no contexto de usos e necessidades sociais, institucionais e/ou individuais de informação. No tratamento desses problemas tem interesse particular em usufruir, o mais possível, da moderna tecnologia da informação (SARACEVIC, 1992, p.11).

Comparando o conceito de Borko (1968) ao de Saracevic (1992), podemos observar algumas aproximações. Borko salienta que a CI tem um componente de ciência aplicada, visto que desenvolve produtos e serviços; Saracevic explicita essa aplicação ao afirmar que a CI trata dos problemas de efetiva comunicação de conhecimento e de registros do conhecimento e sua respectiva recuperação. Para isso faz uso da “moderna tecnologia da informação”, que entendemos como tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Em síntese, nesse primeiro momento, a CI ainda é vista, em parte, como uma ciência exata, questão evidenciada pela relação interdisciplinar com a Matemática e a Lógica. Talvez esse esforço de aproximação com as ciências exatas possa ser entendido como uma forma de a CI se firmar enquanto campo científico legítimo, mediante a apropriação de uma abordagem quantitativa para seus estudos, em meio a uma cultura científica⁵ na qual a tradição positivista ainda goza de muito prestígio. Podemos citar como um exemplo dessa aproximação a ampla adoção da Teoria da informação, ou Teoria matemática da comunicação, desenvolvida por Claude Shannon e Warren Weaver, para a qual a informação é um fenômeno mensurável (LE COADIC, 2004), e os estudos métricos para determinar a produtividade de cientistas ou periódicos especializados. Esse momento é caracterizado por Capurro (2003) como o paradigma físico da CI, conforme veremos mais detidamente adiante.

Como consequência do período histórico em que surge, a CI nasce sob os moldes da ciência moderna, apropria-se dos modelos das ciências exatas, busca sempre por um conhecimento preciso, que pudesse explicar o comportamento da informação, apresentando fortes raízes no positivismo (ARAÚJO, 2003).

Le Coadic (2004), por outro lado, destaca o caráter social do campo, postulando que a CI se firmou como uma ciência fundamentalmente social, ao contrário do que afirmou Borko (1968), e é “voltada ao problema do ser social que procura

⁵ Cf. Schneider, Saldanha e Bezerra (no prelo).

informação, situa-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade) que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural” (LE COADIC, 2004, p. 19). A partir desse ponto de vista, entendemos que a CI se ocupa das diferentes necessidades de informação do indivíduo, não se restringindo à informação técnica e/ou científica (embora estas constituam objeto privilegiado do campo). É, assim, uma ciência “que se preocupa com os princípios e as práticas da criação, organização e distribuição da informação e com o estudo dos seus fluxos, transmissão e apropriação pelo usuário dessa informação, usando múltiplas formas de disseminação e múltiplos canais” (AQUINO, 2007, p. 11).

Capurro (2003) propôs uma epistemologia histórica da Ciência da informação que se tornou referência entre nós, recortada na sucessão de três paradigmas, físico, cognitivo e social, embora saliente que os três não são os únicos pilares de sustentação do campo; tampouco seriam, segundo ele, mutuamente excludentes.

Antes, porém, de tratarmos dos paradigmas da CI capurrianos, e igualmente no intuito de melhor fazê-lo, vamos revisitar a própria noção de paradigma, de Thomas Kuhn (KUHN, 2013).

Segundo esse autor, o termo paradigma pode ser usado pelo menos em dois sentidos: o primeiro indica o conjunto de crenças, valores, técnicas etc., compartilhados por uma determinada comunidade científica; o outro denota um único elemento desse conjunto de crenças, técnicas ou valores, que serão usados como modelos ou exemplos para a solução concreta para os problemas da ciência normal. Conforme Kuhn (2013, p.281-282), “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens [e mulheres] que partilham um paradigma”.

A adoção de um paradigma é necessária para que cientistas de determinada área do conhecimento compartilhem regras comuns, sem questioná-las.⁶ Por outro lado, estas regras passam a ser discutidas, sendo até mesmo rompidas, na medida em que o paradigma vigente não responde mais aos novos problemas existentes e caminha rumo a uma “crise” (KHUN, 2013).

⁶ Kuhn divide a ciência em ciência normal e ciência extraordinária. A primeira “é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo” (KHUN, 2013, p.64). Paradigmas são integrais para a ciência normal. Eles permanecem firmes enquanto há problemas a serem resolvidos utilizando pressupostos e métodos (leis, instrumentos etc.) reconhecidos pela tradição (HACKING, 2013, p.28). Já “ciência extraordinária” diz respeito ao momento nos qual o paradigma vigente entra em crise, na medida em que deixa de ser suficiente para solucionar os novos problemas práticos e teóricos que surgem. No limite, temos o momento das revoluções científicas, ou da substituição de um paradigma por outro, que foi lentamente gerado durante a crise do paradigma anteriormente vigente.

Numa formulação sintética, Lopes (2010, p.36) define um paradigma como

[...] a visão do mundo partilhada por uma comunidade científica que se expressa por meio do trabalho teórico. Ele determina quais problemas são investigados, quais dados são considerados pertinentes, que técnicas de investigação são utilizadas e que tipos de solução se admitem aos problemas. O paradigma também consiste em orientações para a solução de problemas referentes à construção de inferências (interpretações, generalizações, “leis”), à prova das inferências (princípios de verificação, teste de hipóteses) e aos fundamentos de inferência (princípios de causalidade, de determinação).

Temos então que a noção de paradigma articula uma problemática epistemológica com outra sociológica ou psicossocial, isto é, suscita uma reflexão crítica sobre a ciência, que considera não só os discursos e as práticas científicas em si, mas igualmente alguns aspectos de suas condições sócio históricas e psicossociais de emergência, continuidade e descontinuidade, calcadas nas crenças e práticas não refletidas da própria comunidade científica. Refletir sobre elas, por outro lado, contribui para o seu próprio amadurecimento, em termos de vigilância epistemológica (LOPES, 2010). Para isso existem a epistemologia e os epistemólogos, que devem exercer essa vigilância todo o tempo, inclusive nos momentos da ciência normal. É verdade que, em certo sentido, toda pesquisa deve ter os seus momentos de vigilância epistemológica. Por outro lado, em períodos de ciência normal, se toda a comunidade científica dedicasse a maior parte de sua rotina ao debate em torno da validade de seus próprios fundamentos e pressupostos, teóricos e metodológicos, a ciência pouco avançaria. É preciso, assim, em momentos de ciência normal, que a vigilância epistemológica siga paralela a uma certa acomodação paradigmática, sem a qual qualquer rotina produtiva da pesquisa científica seria inviável.

Cabe aqui chamar a atenção para o fato de que o uso da noção kuhniana de paradigma deve ser feito com cuidado nas ciências sociais. Kuhn elaborou-a pensando originalmente nas ciências naturais. E, diferentemente dessas últimas, o desenvolvimento das ciências sociais é caracterizado pela presença simultânea de paradigmas concorrentes. Capurro sabe disso, e por isso destaca que a sucessão de paradigmas, no âmbito da CI, diz mais respeito a uma maior ou menor antiguidade de cada um deles do que a rupturas e substituições. Na verdade, ao empregarmos aqui a noção de paradigma, retemos principalmente o que ele significa enquanto cultura científica, por assim dizer, como parece ser o caso de Capurro, e algo da ideia de crise paradigmática, mas não a de revolução científica implicada na noção original.

Retomando Capurro (2003), na história da CI, o primeiro paradigma é o físico, centrado na Teoria da informação de Shannon e Weaver. Foi esta teoria que primeiro formulou o conceito científico de informação (ARAÚJO, 2009). Como lembra Capurro, “em essência esse paradigma postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor” (CAPURRO, 2003). Para Shannon e Weaver as questões que envolvem a comunicação da informação envolvem três diferentes níveis de problemas. O primeiro seria o nível relativo aos problemas técnicos, o transporte físico da materialidade que compõe a informação, o segundo nível é o dos problemas semânticos, ou seja, a atribuição de sentido, e o terceiro é o pragmático, relacionado com a eficácia do processo (ARAÚJO, 2003). É focando neste primeiro nível mencionando que a CI constrói o seu referencial teórico para os problemas da informação, relacionado ao transporte físico, deixando para segundo plano o elemento subjetivo da informação. No paradigma físico, a questão seria “como quantificar a informação, para determinar a quantidade ótima, com o grau adequado de redundância, prevendo a interferência do ruído e a capacidade do canal, a ser transferida de um emissor a um receptor” (ARAÚJO, 2003, p.194).

Com o avanço das discussões no campo e a inserção do elemento subjetivo na forma de se pensar a informação, o paradigma físico passa a não mais contemplar a totalidade da CI. Haveria aí uma crise paradigmática, fato que indica a necessidade para se repensar os métodos e abordagens para a área. É nesse contexto que emerge o paradigma cognitivo.

O paradigma cognitivo “[...] trata de ver de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente possuidor de ‘modelos mentais’ do ‘mundo exterior’ que são transformados durante o processo informacional” (CAPURRO, 2003).

O novo paradigma objetiva uma contextualização mais ampla do fenômeno da informação. Para isso coloca no centro do processo o usuário e seu conhecimento individual. Outro fator marcante para o paradigma cognitivo foi a definição da Teoria do Estado Anômalo do Conhecimento, por Belkin, teoria que entende que a busca da informação começa com a necessidade ou o enfrentamento de uma situação problemática pelo usuário (ALMEIDA *et al.*, 2007).

Enfim, Capurro descreve o paradigma social como a “integração da perspectiva individualista e isolacionista do paradigma cognitivo dentro de um contexto social no qual diferentes comunidades desenvolvem seus critérios de seleção e relevância” (CAPURRO, 2003). Ou seja, nesse paradigma a questão da mediação é inserida, até o

ponto de se considerar a informação como um fenômeno que deve ser apropriado tendo como referência a *historicidade* dos sujeitos cognoscentes e dos objetos de conhecimento; a *totalidade* dos fenômenos sociais; e a *tensionalidade* constante nas relações sociais (ARAÚJO, 2003).

Essa perspectiva aponta caminhos para uma aproximação com os Estudos Culturais, que emergiam pouco antes, como um campo de estudos de fenômenos sócio culturais que também adotava perspectivas teórico metodológicas críticas ao viés funcionalista-positivista dominante nos estudos sociais do período.

As ciências sociais como um todo podem, *grosso modo*, ser divididas em uma perspectiva funcionalista ou administrativa e em uma perspectiva crítica (SCHNEIDER, 2013b e 2015). O que diferencia essencialmente ambas as perspectivas é a aceitação ou a recusa da possibilidade de se fazer ciência social em termos axiologicamente neutros. Para a primeira perspectiva, a interferência de problematizações de ordem ético-política nas ciências sociais contamina sua própria cientificidade de ideologia, ideologia aqui entendida enquanto pensamento ético-politicamente orientado sem base científica; para a segunda, é precisamente a recusa do debate ético-político que contamina a pesquisa social científica de ideologia, entendida no mesmo sentido (SCHNEIDER, 2013b e 2015).

Os EC trabalham preferencialmente a partir dessa segunda perspectiva, segundo a qual as relações sociais não são mais ou menos “funcionais” ou “disfuncionais”, mas estruturalmente tensionadas – em termos classistas, de gênero, étnico-raciais etc. É, assim, a própria natureza empírica de nosso objeto, a informação étnico-racial, que nos conduz a essa segunda perspectiva, para a qual o diálogo da CI com os EC mostra-se promissor.

3 EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA PANORÂMICA DOS EC

Ao entramos em contato com a perspectiva crítica dos EC, passamos a apostar na hipótese de que esta visão, se apropriada pela CI, pode fornecer um novo panorama para se pensar a problemática da produção, disseminação, apropriação e uso da informação, em nosso caso da informação étnico-racial.

Os EC tiveram sua origem na Inglaterra, especificamente na cidade de Birmingham. Contemporâneos da CI, os EC surgiram na década de 1950, de forma organizada, no Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS), ligado ao

Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham (ESCOSTEGUY, 1999).

A crítica ocupa um papel central na visão dos EC, a crítica entendida como “conjunto de procedimentos pelos quais outras tradições são abordadas tanto pelo que elas podem contribuir quanto pelo que elas podem inibir” (JOHNSON, 1999, p. 10) e também como crítica social, de cunho ético-político. A crítica nos EC se apresenta então como uma forma de refletir sobre os pontos positivos e negativos de uma teoria, incluindo cada teoria desenvolvida no próprio âmbito dos EC, frequentemente estabelecendo uma conexão entre o trabalho intelectual e o trabalho ético-político. Exemplo disso são a participação na Campanha para o Desarmamento Nuclear, o movimento das mulheres e as lutas contra o racismo. “Sob o ponto de vista político, os Estudos Culturais podem ser vistos como sinônimos de ‘correção política’, podendo ser identificados como a política cultural dos vários movimentos sociais da época de seu surgimento” (ESCOSTEGUY, 1999, p.137).

Em sua origem, os EC não nascem como um movimento puramente acadêmico, pois se propõem a discutir pontos das pautas dos movimentos sociais, interagindo com eles, com as ruas, discutindo a exploração do trabalho, o feminismo, o racismo e o desarmamento nuclear, entre outros temas.

Nos termos de Denzin e Lincoln:

O trabalho, na área dos estudos culturais, aceita sua parcialidade [...] é abertamente incompleto e partidário em sua insistência quanto às dimensões políticas do conhecimento. [...] defenderíamos que o projeto dos Estudos Culturais está sempre marcado, em algum nível, por um discurso de envolvimento social (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Os principais focos dos EC são as relações “entre a cultura contemporânea e a sociedade, [...] suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais” (ESCOSTEGUY, 1999, p.138-139), com uma predileção pelo enfoque qualitativo de pesquisa, pelos estudos etnográficos e pelas análises da mídia de massa, com destaque para as práticas de resistência no âmbito das subculturas (ESCOSTEGUY, 1999). Uma das contribuições mais importantes dos Estudos Culturais consiste em sua abordagem da cultura popular não apenas como submissão ou alienação, mas também como um espaço de práticas compartilhadas e construídas dialeticamente, como um fenômeno que tanto pode separar quanto unir os indivíduos, considerando-se sempre a diversidade (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Em seu primeiro momento, os EC são balizados por três obras e autores fundamentais: *The uses of literacy* (1957), de Richard Hoggart; *Culture and society* (1958), de Raymond Williams; e *The making of the english working-class* (1963), escrito por E. P. Thompson (ESCOSTEGUY, 1999; 2010).

Uma das principais propostas dos EC é dar uma maior centralidade à cultura nos estudos sociais. Nesse sentido, os EC opõem-se a explicações economicistas para se refletir sobre questões relativas ao racismo, por exemplo, uma vez que entendem tratar-se de uma problemática cuja complexidade é irreduzível a explicações causais unilaterais, sejam elas econômicas, psicológicas ou o que for. Não obstante, o elemento econômico jamais é totalmente ignorado pelos principais expoentes dos EC (Williams, Thompson, Hall, Jameson, Kellner), que têm em Marx e em autores importantes da tradição teórica inaugurada por Marx (Gramsci, Bakhtin, Lukács, Althusser, Goldman, entre outros) algumas de suas principais referências teóricas. Assim, quanto ao problema do racismo, não o reduzir a seus determinantes econômicos é diferente de ignorar a herança da escravidão, do colonialismo e do imperialismo modernos, ainda marcantes na atual divisão internacional do trabalho. A questão então é como o elemento cultural atua em meio ao complexo de mediações, determinadas e determinantes, que constituem o fenômeno do racismo, por exemplo.

Além disso, antes de tudo, os EC

[...] têm como referência, em particular, o esforço para retirar o estudo da cultura do domínio pouco igualitário e democrático das formas de julgamento e avaliação que, plantadas no terreno da “alta” cultura, lançam um olhar de condescendência para a não-cultura das massas (JOHNSON, 1999, p.20).

A ruptura com a noção de que a cultura seria apenas o mais belo produzido por uma sociedade é, de fato, comumente apontada como uma das características mais marcantes dos EC, de sua fundação aos dias de hoje. A cultura passa então a ser pensada como um conjunto de práticas que permeia toda a sociedade e que são produzidas por relações de poder. As reflexões sobre ideologia e hegemonia também desempenham papel de suma importância nos EC, em que se identifica uma tendência ao questionamento de hierarquias entre as práticas culturais, que são “estabelecidas a partir de oposições como cultura ‘alta’ ou ‘superior’ e ‘baixa’ ou ‘inferior’” (ESCOSTEGUY, 2010, p.19). Assim como escritores/as, compositores/as, pintores/as, escultores/as renomados/as, o/a operário/a também produz cultura. Inicia-se então uma rica

problematização das complexas relações entre cultura e classes sociais, com base, sobretudo, nas ricas reflexões de Gramsci em torno do tema.

Escosteguy (2010), refletindo sobre a evolução dos EC, elege os eixos mais trabalhados na última década:

Esses eixos teóricos são: as relações entre cultura e ideologia; a opção pela análise da cultura popular; e a construção de identidades culturais contemporâneas mediadas, intensamente, pelos meios de comunicação. Como eixos-nodais, permitem que outras questões a eles relacionadas sejam também abordadas. Entre elas: o conceito de hegemonia, o papel do intelectual na esfera da cultura e a problemática da recepção (ESCOSTEGUY, 2010, p.20).

Outro ponto a ser destacado é que as pesquisas em que se adota a postura sugerida pelos EC estão sempre ligadas a um contexto bastante específico, temporal, econômico, social, geográfico, por isso é exigida cautela na “transposição” ou apropriação dos resultados de uma pesquisa qualquer para outra, desenvolvida em contexto distinto.

A partir dessas reflexões, podemos entender os EC como uma área que se dedica a compreender os aspectos culturais da sociedade, por meio de várias disciplinas que interagem e em que os processos culturais atravessam toda a tessitura social, sendo interdependentes uns dos outros, e não fenômenos isolados. Numa formulação sintética, o interesse central dos EC é de “perceber as intersecções entre as estruturas sociais e as formas culturais” (ESCOSTEGUY, 2010, p.49).

Dando agora início a nossa busca por uma aproximação entre os EC e a CI, a reflexão sobre as origens e pontos de vista propostos pelos EC exposta acima nos remete a uma discussão do conceito de cultura proposta por Marteleto (2007), expoente da CI brasileira, para quem “cultura” é um conceito polissêmico, um “termo-repertório”.

A palavra cultura se desdobra em múltiplas leituras e interpretações, porém não perde a vitalidade conceitual no âmbito das ciências sociais e das artes, onde ela se polariza entre dois entendimentos: a) como toda produção ou obra humana – na antropologia; b) como elevação e refinamento do espírito – nas artes (MARTELETO, 2007, p.18).

A segunda das definições de cultura proposta acima por Marteleto estaria mais próxima da concepção convencional de “alta cultura”, o que não se coaduna com a perspectiva dos EC. Por outro lado, a primeira define bem uma das problemáticas típicas do EC, e a reflexão a seguir, a respeito da gênese da polissemia da noção de

cultura, aproxima Marteleto de Terry Eagleton (2005).⁷ Assim, como lembram Eagleton e Marteleto, em seu primeiro momento o termo cultura é derivado de cultivar, fazer crescer, ligado ao cultivo agrícola; logo, cultura representava um processo completamente material, e só depois o termo passou a ser usado de forma também metafórica, sendo transferido para as questões do espírito. “No entanto, essa mudança semântica é também paradoxal, pois são os habitantes urbanos que são ‘cultos’, e aqueles que vivem realmente lavrando o solo não o são” (MARTELETO, 2007, p.17).

Compreender a gênese e a polissemia desse conceito é sobremaneira importante para que se possa entender a sociedade e seus paradoxos. Em qualquer sentido que se queira, a cultura é uma construção dialética, por estar sempre pautada em relações dinâmicas, tensionadas e, com frequência, assimétricas de poder, com destaque, em nosso caso, para aquelas de teor étnico-racial.

Avancemos um pouco mais na problematização conceitual e epistemológica de cultura, desenvolvida pelos EC. No plano epistemológico, é fundamental retermos a seguinte afirmação de Stuart Hall: “Nas ciências humanas e sociais, concedemos à cultura uma importância e um peso explicativo bem maior do que estávamos acostumados anteriormente” (HALL, 1997, p.8). A cultura passa a ser vista como um fator estruturado e estruturante do social, como uma expressão de sua dinâmica conflitiva, como processo de aprendizagem, como conjunto de comportamentos apreendidos inconscientemente, como normas, valores, técnicas etc. Ela compreende aspectos materiais e imateriais, como conhecimentos, crenças, arte, leis ou qualquer outro hábito ou capacidade adquirido pelo homem como membro de um grupo ou sociedade (LARAIA, 2009). Para Sahlins (2003, p.61-62), “a cultura estará relacionada [...] à lógica ‘objetiva’ da superioridade prática ou à lógica significativa no ‘esquema conceitual’. No primeiro caso, a cultura é um sistema instrumental; no segundo, o instrumental se encontra sujeito a sistemas de outra espécie”.

Essa ideia de “superioridade prática” nos remete a Hall (1997), quando afirma que o cerne da compreensão do que seria a cultura está intimamente ligado à questão do poder. “Quanto mais importante – mais ‘central’ – se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, moldam e regulam” (HALL, 1997, p.14).

Já Canclini (1995), numa formulação de teor marcadamente bourdieusiano, pensa a cultura como

⁷ Terry Eagleton foi aluno e grande admirador de Raymond Williams. Embora eventualmente crítico a certas linhas de desenvolvimento dos EC, sua própria e importante obra sempre esteve próxima da preocupação de Raymond Williams em produzir uma verdadeira teoria materialista da cultura.

[...] um lugar onde se representa nos sujeitos o que sucede na sociedade e como instrumento para a reprodução do sistema social. [...] se os sujeitos não interiorizam, através de um sistema de hábitos, de disposições, de esquemas de percepção, compreensão e ação a ordem social, essa não pode produzir-se somente através da mera objetividade. Necessita reproduzir-se, também, na interioridade dos sujeitos. Essa dimensão simbólica, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva, é nuclear dentro da cultura (CANCLINI, 1995, p.60).

Acrescentamos que essa dimensão simbólica é informacionalmente mediada e que essa mediação constitui o próprio veículo da cultura, enquanto estrutura dinâmica, estruturada e estruturante de práticas dotadas de significados mediados informacionalmente, sejam ou não comunicacionais. Por outro lado, dentre as práticas informacionais, aquelas do tipo comunicacional, referentes a trocas informacionais, encontram-se no próprio cerne da noção de cultura como “todo um modo de vida” (WILLIAMS, 2011, p.18)

Desenvolveremos essa ideia agora, dando sequência a nosso empenho no sentido do estabelecimento de diálogos entre a CI e os IC. Exploraremos a seguir a hipótese de que o campo da Comunicação é um ótimo mediador para esse estabelecimento.

4 DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Toda atividade informacional – produção, busca, recuperação, organização, preservação, uso, transmissão ou troca de informação – é também uma atividade mais direta ou indiretamente comunicacional, com exceção 1) das atividades de ocultamento ou destruição de informação, e 2) do conjunto das atividades informacionais elencadas envolver somente uma pessoa. Pode-se, contudo, argumentar que mesmo nesses casos há comunicação indireta: 1) pelo fato do ocultamento ou destruição de informação derivar de práticas comunicacionais prévias; 2) pois a competência em informação necessária à execução de todas essas atividades informacionais por uma só pessoa requer formação prévia, que envolve práticas comunicacionais mais e menos diretas. Nesses dois casos, porém, o caráter remoto das práticas comunicacionais implicadas nas atividades de ocultamento ou destruição de informação, ou necessárias para a formação de competência em informação do indivíduo isolado que executa todas as atividades informacionais de nosso exemplo, torna essas atividades informacionais tão indiretamente comunicacionais, que faz mais sentido considerá-las mais propriamente como não comunicacionais ou mesmo anticomunicacionais.

De todo modo, a transmissão e a troca de informação são obviamente as mais diretamente comunicacionais dentre todas as atividades informacionais elencadas, mas as demais podem perfeitamente ser concebidas, em termos lógicos, como modalidades indiretas de comunicação, consideradas as ressalvas quanto a ocultamento ou destruição de informação, e a atividades informacionais não compartilhadas.

Se isto está correto, podemos afirmar categoricamente que a cultura é constituída por processos infocomunicacionais⁸, com destaque para a transmissão ou troca de informações, e vice-versa, numa relação dialética que levou Douglas Kellner – expoente dos EC dos EUA e defensor de uma compreensão da relação entre cultura e comunicação similar à que estamos desenvolvendo – a afirmar sua interdependência prática e teórica, e, portanto, a exigência de sua aproximação ou mesmo fusão disciplinar:

Toda cultura [...] serve de mediadora da comunicação e é por esta mediada, sendo, portanto, comunicacional por natureza. No entanto, a ‘comunicação’, por sua vez, é mediada pela cultura, é um modo pelo qual a cultura é disseminada, realizada e efetivada. [...] Não há comunicação sem cultura e não há cultura sem comunicação; por isso, traçar uma distinção rígida entre ambas e afirmar que um dos lados é objeto legítimo de um estudo disciplinar, enquanto o outro é relegado a uma disciplina diferente, constitui um excelente exemplo da miopia teórica e da futilidade das divisões acadêmicas arbitrárias. (KELLNER, 2001, p.53)

Essa compreensão do caráter infocomunicacional da cultura e do caráter cultural dos processos comunicacionais e informacionais em geral permite-nos questionar melhor o próprio valor ético-político dos conhecimentos e informações que circulam ou não para a sociedade como um todo, constituindo sua multifacetada, tensionada e dinâmica cultura, “devido às desigualdades de acesso à educação [...], passando pelas enormes desigualdades sociais” (MARTELETO, 2007, p.19). Nessa trilha, trabalhar a relação entre informação e cultura, desenvolver um diálogo entre a CI e os EC, mediado pela Comunicação, com base na abordagem proposta, pode nos ajudar a entender melhor quais mudanças determinadas atividades infocomunicacionais promovem ou podem promover na cultura, em particular no que diz respeito ao problema de fundo de nossa pesquisa: o desrespeito com o sujeito negro.

⁸ Empregamos a noção de processos “infocomunicacionais” no intuito ao mesmo tempo de destacar o conjunto das práticas informacionais daquela dentre elas que é mais diretamente comunicacional, a troca de informações, e de lembrar que todas elas, como visto acima, são indiretamente comunicacionais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela Pereira dos Reis de. et.al. Paradigmas Contemporâneos da Ciência da Informação: a recuperação da informação como ponto focal. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n. 1, p. 16-27, 2007.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A Ciência da Informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivos no mundo contemporâneo. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 36, n. 3, p.9-16, set/dez. 2007.

ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 194-207, set./dez. 2009.

_____. A ciência da informação como ciência social. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Ideología, cultura y poder** – cursos y conferencias. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1995.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**. Belo Horizonte, 2003. Disponível em <http://www.capurro.de/enancib_p.htm> Acesso: 20 abr. 2012.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Ed. virtual. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, estudos Culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da informação: temáticas, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

FREIRE, I. M. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2003.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2: p. 15-46, jul./dez. 1997.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.

- KHUN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- LE COADIC. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
- LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- MARTELETO, Regina Maria. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2007.
- ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da documentação: subsídios para a compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 59-79, 2009.
- PINHEIRO, Lena Vania Pinheiro. Processo Evolutivo e Tendências Contemporâneas da Ciência da Informação. **Inf. & Soc.: estudos**. João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 13-48, jan./jun. 2005.
- SALDANHA, Gustavo Silva. **Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein**. 2008. 302 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jul. 1996.
- _____. Information Science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. **Proceedings of the International Conference for the celebration of 20th anniversary of the Department of Information Studies**, University of Tampere, Finland, 26-28, 1991. London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 5-27.
- SCHNEIDER, Marco. Comunicação, classes sociais e cidadania: por uma crítica da economia política dos estudos culturais. **Revista Eptic Online**, v. 14, n. 3, p. 14-18, 2013a. Disponível em:
<http://www.seer.ufs.br/index.php/epic/article/viewFile/1352/1350>. Acesso em jul. 2016.
- _____. **A Dialética do Gosto: informação, música e política**. Rio de Janeiro: Circuito / Faperj, 2015.
- _____. Ética e epistemologia: alerta contra a “neutralidade axiológica” na pesquisa em comunicação contemporânea. **Revista Matrizes Online**. São Paulo: ECA-USP, v. 7, n.2., p. 221-234, 2013b. Disponível em:
<<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/274>>. Acesso: 15 jul. 2016.

SCHNEIDER, Marco; SALDANHA, Gustavo; BEZERRA, Arthur. **Por uma ética intercultural das ciências** (no prelo).

SHALINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: revista de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan. /abr., 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.